**REV: 04 - 04/2020**

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DO RPCA**

**RELATÓRIO E PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL SIMPLIFICADO**

**Construção de Galpões Industriais**

Este formato visa orientar a elaboração de RPCA, para instruir o processo de análise e aprovação de construção de galpões industriais pela Secretaria de Meio Ambiente .

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

* + O RPCA deverá ser elaborado por equipe técnica habilitada, devendo constar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de cada profissional.
  + As ilustrações, cartas, plantas, desenhos mapas e fotografias deverão ser perfeitamente legíveis em todas as cópias do documento.
  + De acordo com as características e a localização do empreendimento, a Secretaria de Meio Ambiente (SMA) poderá solicitar informações complementares julgadas necessárias à análise da proposta, bem como dispensar o atendimento às exigências constantes deste documento, que a seu critério não sejam aplicáveis.
  + A SMA elaborará o parecer técnico e encaminhará a apreciação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA), que será o responsável pela aprovação do RPCA e demais estudos ambientais para emissão de licença ambiental.
  + A aprovação do RPCA e demais estudos ambientais pelo CODEMA não elimina a necessidade da aprovação de outros órgãos licenciadores previstos em lei.

Para o devido recuo de Áreas de Preservação Permanente, deverá ser respeitada faixa marginal e/ou raio, conforme preconiza a Lei 20.922/2013.

1. **IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR:**

* Nome, razão social, endereço eletrônico para correspondência;
* Inscrição Estadual, CNPJ.
* Nome, endereço, telefone e fax, e-mail do responsável pelo empreendimento.

1. **IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LICENCIAMENTO:**

* Nome;
* Endereço, telefone, fax, endereço eletrônico;
* ART;

1. **CARACTERIZAÇÃO GERAL DO EMPREENDIMENTO**

* Nome do empreendimento;
* Área total da gleba;
* Área a ser construída;
* Objetivos econômicos e sociais do empreendimento;

1. **DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

Para descrição do empreendimento proposto, o empreendedor deverá apresentar texto descritivo detalhado e analítico de todas as características estruturais e ambientais do empreendimento, baseado em estudos, plantas e projetos que comprovem a viabilidade ambiental das edificações a serem construídas e licenciadas, contendo no mínimo:

* 1. Descrição da situação do empreendimento e área do entorno.

a) Descrever a situação do empreendimento e apresentar no **Anexo I** o projeto arquitetônico, na escala de 1:10.000, devidamente aprovado junto à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, delimitando o empreendimento e onde ele será instalado, indicando divisas, áreas ocupadas, vegetação, hidrografia, rodovias e outros elementos que mereçam destaque;

b) Apresentar no **Anexo II** a planta específica para uso de solo de onde será instalado o empreendimento e de seu entorno imediato, delimitando a área do imóvel e indicando os cursos d’água e áreas úmidas, a vegetação, os ambientes florestais, o sistema viário existente, as áreas ocupadas;

* 1. Descrição do relacionamento do empreendimento com a comunidade vizinha, abordando:

a) Mapeamento de possíveis áreas ou situações de inclusão/exclusão socioambiental na vizinhança na Área de Influencia Direta[[1]](#footnote-2), descrevendo e dimensionando os impactos positivos e negativos do empreendimento sobre estas populações. Parâmetro: positivo quando ocorrer a inclusão e negativo quando ocorrer exclusão social. Incluir, no **Anexo III,** planta do mapeamento da população afetada em formato mínimo A3.

b) A receptividade da comunidade em relação ao empreendimento;

c) O nível de conhecimento da comunidade quanto ao processo de construção do empreendimento, quanto às suas potenciais consequências para o meio ambiente e quanto às ações da empresa no sentido de neutralizar ou de minimizar tais consequências;

d) Eventuais ações da empresa em benefício ou em parceria com a comunidade;

e) Queixas da comunidade em relação ao estabelecimento do empreendimento.

* 1. Descrição das instalações e medidas de controle ambiental do canteiro de obras. Complementar informações no **Anexo IV**, com a planta com localização e dimensionamento proposto para instalação do canteiro de obras; descrição de equipamentos utilizados na instalação;
  2. Apresentação de dados referentes ao inventário florestal das áreas a serem submetidas à supressão vegetal, com informações quanto às espécies, sua quantificação, dimensões e especificações; indicação da localização dos indivíduos a serem suprimidos em imagem de satélite com sobreposição do projeto das edificações e sistema viário (**Anexo V**). Todas as espécies a serem suprimidas devem ser demarcadas em campo, para fins de vistoria.
  3. Descrever a localização e caracterização das áreas de empréstimo e bota-fora, bem como seu entorno imediato, a serem utilizadas nas obras de instalação do empreendimento, conforme previsão de terraplanagem. Apresentar no **Anexo VI** imagem de satélite com definição da área de bota-fora, com entorno imediato (sobretudo cursos hídricos, população residente e vegetação);
  4. Descrever o sistema de drenagem de águas pluviais do empreendimento, identificando local de lançamento (com coordenadas geográficas Datum WGS 84) e, quando for o caso, os dispositivos destinados à dissipação de energia novos e pré-existentes.
     1. Deverão também ser avaliadas as consequências para as áreas de jusante decorrente da concentração de vazões promovidas pelo sistema de drenagem, pela impermeabilização do solo e pela remoção da vegetação;
     2. Apresentar no **Anexo VII** o Projeto de Drenagem devidamente aprovado junto à Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo,
  5. O projeto deverá apresentar também a identificação das sub-bacias de drenagem e os dispositivos destinados a dissipação de energia e amortecimento de cheias;
  6. Quando o lançamento de águas pluviais atravessar e/ou ocorrer em área de terceiros, apresentar juntamente com o projeto aprovado, a cópia da(s) carta(s) de anuência(s) do(s) proprietário(s) do(s) terreno(s) diretamente afetado(s) pela instalação e lançamento de águas do sistema de drenagem.
  7. Descrição do sistema de tratamento de efluentes sanitários do empreendimento, contendo os critérios de dimensionamento, localização, forma de tratamento e lançamento final do efluente tratado e indicando os pontos de lançamento (com coordenadas geográficas Datum WGS 84).

a) Apresentar no **Anexo VIII** o memorial descritivo/projeto do sistema de tratamento de efluentes;

b) Apresentar no **Anexo IX** a imagem de satélite (planta georreferenciada) em formato mínimo A4, com sobreposição do traçado da tubulação de lançamento de efluentes tratados, desde o sistema de tratamento até o ponto de lançamento final, destacando também as coordenadas geográficas;

* + 1. Para lançamento de efluentes na rede pública coletora, apresentar anuência da concessionária local dos serviços de esgotamento sanitário;
    2. Para lançamento de efluentes tratados em corpo hídrico, apresentar no **Anexo X** estudo de capacidade de suporte de carga do corpo receptor, conforme preconiza o artigo 21, §§ 1º e 2º, da Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 01/2008;
    3. Na hipótese da utilização de sumidouros para a infiltração de esgoto no solo, apresentar no **Anexo XI** os resultados de sondagem capazes de identificar as características do solo e o nível do lençol freático, quando não for possível a coleta e tratamento de esgoto pela concessionária local;
  1. Descrição das ações de monitoramento, controle e destinação final de resíduos sólidos e efluentes líquidos e atmosféricos durante a execução das obras, apresentando os respectivos destinos finais. Apresentar no **Anexo XII**, o Plano de Controle e Destinação de Resíduos Sólidos, se aplicável.
  2. Quando a utilização de recursos hídricos não for atendida pela concessionária local, o empreendedor deverá descrever e apresentar os usos de recursos hídricos devidamente regularizados junto ao Instituto Mineiro de Gestão da Águas – IGAM. Neste caso, apresentar no **Anexo XIII** o certificado de outorga ou cadastro de uso insignificante;
  3. Cronograma físico de implantação do empreendimento compatibilizando com o desenvolvimento dos projetos ambientais que deverão compor o Relatório e Plano de Controle Ambiental RPCA, permitindo a identificação das possíveis etapas de execução destas obras e de prováveis implicações. Este cronograma deverá conter inclusive as seguintes etapas de execução: descrição das ações de limpeza do terreno, remoção da vegetação, movimentação da terra; localização e dimensionamento proposto para instalação do canteiro de obras; descrição de equipamentos, localização e caracterização das áreas de empréstimo e bota-fora; descrição sucinta das ações de controle de resíduos sólidos e líquidos durante a execução das obras.

1. **PROGNÓSTICO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS**

O prognóstico dos impactos ambientais deverá identificar e analisar os efeitos ambientais da implantação do empreendimento considerando os aspectos estudados no sentido de orientar a adoção de medidas mitigadoras e compensatórias, nas fases de planejamento e execução da obra.

1. **MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS**

A apresentação de medidas, equipamentos ou procedimentos, de natureza preventiva, corretiva ou compensatória que serão utilizados para mitigação dos impactos negativos sobre os fatores físicos, bióticos e sócio-econômicos ou reduzir sua magnitude, em cada fase do empreendimento.

* 1. **Instalação do empreendimento**
     1. Redução das interferências e transtornos a população, no que se refere as emissões atmosféricas, ruídos e tráfego de máquinas;
     2. Controle dos impactos resultantes das obras de terraplanagem (erosão e instabilidade do solo);
     3. Mitigação da retirada da cobertura vegetal;
     4. Proteção das nascentes, cursos d’água e lagoas existentes no local e no seu entorno;
     5. Proteção ao patrimônio histórico e paisagístico;
     6. Mitigação do incremento de impermeabilidade do solo;
     7. Mitigação dos efeitos do lançamento das águas pluviais em seus respectivos pontos;
     8. Destinação final para efluentes sanitários e resíduos sólidos gerados no canteiro de obras.
  2. **Plano de monitoramento**

O monitoramento proposto deverá ser executado pelo empreendedor e deverá abordar no mínimo:

* + 1. Obras destinadas a contenção de encostas e drenagem pluvial;
    2. Monitoramento da população vizinha diretamente atingida, quando diagnosticado no item 4.2;
    3. Monitoramento de ruídos, resíduos e efluentes gerados na obra;
    4. Acompanhamento de desenvolvimento de revegetação e paisagismo.

1. A Área de Influência Direta (AID) é a área geográfica diretamente afetada pelos impactos (relação clara de causa/efeito) decorrentes do empreendimento/projeto e corresponde ao espaço territorial contíguo e ampliado da área de implantação do empreendimento, e como esta, deverá sofrer impactos, tanto positivos quanto negativos. Os impactos e efeitos são induzidos pela existência do empreendimento. [↑](#footnote-ref-2)